

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

JESSYANE KELLY DOS SANTOS GUIMARÃES

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E IDOSOS: um estudo sobre o
ingresso, a evasão e a permanência

CODÓ-MA

2019

JESSYANE KELY DOS SANTOS GUIMARÃES

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E IDOSOS: um estudo sobre o
ingresso, a evasão e a permanência

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - Campus de Codó, como requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Kelly Almeida de Oliveira

CODÓ-MA

2019

JESSYANE KELY DOS SANTOS GUIMARÃES

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E IDOSOS: um estudo sobre o
ingresso, a evasão e a permanência

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
coordenação do curso de pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão – Campus de
Codó, como requisitos para a obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Kelly Almeida de Oliveira

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Kelly Almeida de Oliveira
(Orientadora)
(UFMA)

Profa. Esp. Maria do Socorro Costa Quinzeiro
(1º examinadora)
(UFMA)

Profa. Esp. Maria Evelta Santos de Oliveira
(2º examinadora)
(UFMA)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

GUIMARÃES, Jessyane Kely dos Santos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS : : um estudo sobre o ingresso, a evasão e a permanência / Jessyane Kely dos Santos GUIMARÃES. - 2019.

57 f.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Codó-MA, 2019.

1. Educação de Jovens, Adultos e Idosos. 2. Evasão.
3. Ingresso. 4. Permanência. I. Oliveira, Kelly Almeida de. II. Título.

Este trabalho é dedicado ao meu filho Taylon Pietro, minha maior motivação. Foi por ele a minha persistência em concluir essa etapa da minha vida. Por ele cheguei até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela saúde e força para enfrentar os inúmeros conflitos que existiram durante esse percurso da minha vida.

Agradeço a toda minha família por me apoiar durante toda essa trajetória e por acreditarem na minha capacidade, em especial a minha mãe Zuleide, que sempre batalhou para que eu e minhas irmãs tivéssemos o melhor, sem ela eu nada seria. Durante esses quatro anos, ela sempre fazia o possível para suprir minhas necessidades dentro da Universidade, sou imensamente grata por tudo que ela fez para que eu pudesse chegar até aqui.

A minha avó Eduarda, pelo carinho e compreensão que tem comigo, além de me incentivar diariamente a não desistir dos meus estudos.

Sou grata a minha madrinha Adriana, autora da ideia de eu ingressar em uma Universidade. Tenho gratidão por ter me inscrito e também pelas palavras de incentivos.

Ao meu marido Wanderson, por me incentivar diariamente a persistir nessa caminhada, agradeço pelo companheirismo, compreensão e palavras motivadoras, e também por estar sempre ao meu lado.

As minhas amigas e companheiras de turma Jaqueline, Suzana e Valéria, por estarem comigo durante quatro anos nessa trajetória acadêmica, agradeço pelos bons e maus momentos, estes serviram como aprendizado, a vocês sou grata por toda força, atenção e paciência que me dedicaram.

A todos os professores da Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó-MA, que contribuíram para a minha formação.

A minha professora orientadora Ma. Kelly Almeida de Oliveira, pelo empenho, dedicação e paciência para comigo. Obrigada por toda atenção e colaboração.

Agradeço por fim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão dessa etapa da minha vida e que mesmo não citados aqui, não deixam de merecer o meu agradecimento.

RESUMO

A Educação de Jovens Adultos e Idosos é aquela destinada às pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino regular na idade adequada ou que por algum motivo nunca o frequentaram. Sabendo disto, o presente trabalho tem como finalidade apresentar como ocorreu a propagação desta modalidade de ensino no Brasil, bem como analisar os fatores de ingresso, evasão e permanência nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos e Idosos em Codó. Para tanto, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e uma entrevista semiestruturada, a fim de compreender por quais razões os alunos que ingressam nessa modalidade de ensino evadem e por quais razões eles permanecem. Para o embasamento teórico do presente trabalho utilizou-se diversos autores, dentre eles: Maria Clara Di Pierro e Sergio Haddad (2000); Paulo Freire (2011); Moacir Gadotti (2007); Paula Cristina Oliveira (2011), além de documentos oficiais da educação brasileira. O presente estudo, tem o caráter descritivo, no qual há a exposição de análises qualitativas, com o intuito de responder aos questionamentos que originaram esse trabalho, por meio desta análise, foi possível expor os dados obtidos no campo de pesquisa, bem como compreender os fenômenos de ingresso, evasão e permanência na Educação de Jovens, adultos e Idosos. Sendo assim, este trabalho além de contribuir para o campo de pesquisa que engloba a Educação de Jovens e Adultos, colabora também para futuras pesquisas que venham ser desenvolvidas no município de Codó-MA, enriquecendo assim, o campo teórico municipal.

Palavras-chave: Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Ingresso; Evasão; Permanência.

ABSTRACT

Young Adult and Elderly Education is for people who have not had the opportunity to attend regular schooling at the appropriate age or who have never attended school for some reason. Knowing this, the present work has as purpose to present how the propagation of this modality of education occurred in Brazil, as well as to analyze the factors of entrance, evasion and permanence in the classrooms of Youth and Adult Education and Elderly in Codó. In order to do so, we used bibliographic research and a semi-structured interview, in order to understand for what reasons the students who enter this modality of education evade and for what reasons they remain. For the theoretical basis of the present work several authors were used, among them: Maria Clara Di Pierro and Sergio Haddad (2000); Paulo Freire (2011); Moacir Gadotti (2007); Paula Cristina Oliveira (2011), besides official documents of the Brazilian education. The present study has a descriptive character, in which there is the exposition of qualitative analyzes, with the purpose of answering the questions that originated this work, through this analysis, it was possible to expose the data obtained in the field of research, as well as to understand the phenomena of entrance, evasion and permanence in the Education of Youth, adults and Elders. Therefore, this work, besides contributing to the field of research that encompasses Youth and Adult Education, also contributes to future research that may be developed in the municipality of Codó-MA, thus enriching the municipal theoretical field.

Keywords: Youth, Adult and Elderly Education; Ticket; Evasion; Permanence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONTEXTO HISTÓRICO	13
2.1 Breve histórico da EJAI no contexto mundial	13
2.2 A Educação de Jovens Adultos e Idosos no Brasil: marcos legais	15
2.2.1 A Educação de Jovens Adultos e Idosos no Estado do Maranhão	22
3 INGRESSO, EVASÃO E PERMANÊNCIA: elementos e características	26
3.1 O ingresso do alunado nessa modalidade de ensino	26
3.2 A evasão do alunado nas salas de aula da EJAI.....	28
3.2.1 A Educação de Jovens, Adultos e Idosos e o aluno trabalhador	30
3.2.2 A Educação de Jovens, Adultos e Idosos e as práticas de ensino	31
3.3 A permanência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos	32
4 CARACTERIZANDO O CAMPO DE PESQUISA	34
4.1 A Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município de Codó-MA: ingresso, evasão e permanência.....	35
4.1.1 Os sujeitos participantes da pesquisa: os ex-alunos.	38
4.1.2 Os sujeitos participantes da pesquisa: os alunos.	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos atende às pessoas que por alguma razão não frequentaram o ensino regular na idade adequada. No entanto, muitas das que efetivam sua matrícula, acabam desistindo, e isso é um episódio frequente na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Isso acontece pelo fato de que esses alunos possuem outras tarefas para realizar, como o trabalho, o cuidar da família entres outros. Nesse contexto, torna-se importante ressaltar que a evasão escolar na EJA (Educação de Jovens, Adultos e Idosos) não é um ato voluntário, mas impositivo.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos no âmbito brasileiro ao longo dos anos vêm passando por um caminho histórico marcado por uma série de programas contra o tais como o cruzada do ABC (Cruzada da Ação Básica Cristã), o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e o PNAC (Plano Nacional de Alfabetização Cristã), a grande maioria deles era voltada ao combate ao analfabetismo. Atualmente, essa modalidade é amparada por leis como a Constituição federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ambas definem que esta modalidade de ensino deve ser designada às pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular dentro da idade adequada por diversos motivos e tem por finalidade oferecer as pessoas que dela participam oportunidades de escolarização que se igualem à educação do ensino regular e desenvolvam nesse público competências e habilidades que ocasionem a formação integral do educando (OLIVEIRA, 2011).

Ponderar sobre o ingresso e a permanência dos alunos na EJA, conseqüentemente, relaciona-se com a evasão escolar. Diante disso, é imprescindível não esquecer a marca de rejeição que eles carregam, considerando que na sociedade em que vivemos pessoas que não sabem ler e escrever acabam sendo marginalizadas. Sendo assim, buscam uma educação com a finalidade de obter os conhecimentos necessários para que assim se tenham uma vida melhor e socialmente prestigiada.

Portanto, sabendo da importância do EJA na vida desses alunos e suas especificidades, torna-se necessário compreender que a mesma é repleta de diversidade e seu público é composto por pessoas que possuem outras responsabilidades. Desse modo, os alunos não conseguem conciliar os estudos e outras atividades e acabam evadindo das escolas (ALMEIDA, 2015).

A modalidade de ensino em questão se diferencia das outras modalidades de ensino não somente pela faixa etária daqueles que a frequentam, mas também pela vivência de cada um deles. A maioria desses alunos trabalham, cuidam da família, da casa etc. e isso acaba dificultando a permanência dos mesmos nas salas de aula do EJA, causando assim a evasão escolar. Diante disso, é importante que haja um novo olhar para esses alunos a fim de verificarmos o porquê de ingressarem nessa modalidade de ensino; o porquê de muitos evadirem-se das salas de aulas; é necessário que nos questionemos: quem são esses alunos? O que enfrentam para estarem presentes dia a pós dia nas escolas? Por mais que geralmente estejam esgotados fisicamente. E o principal: Por que muitos acabam desistindo? É necessário sabermos e entendermos esses questionamentos, pois é a partir daí que será possível compreender o porquê da clientela dessa modalidade de ensino, mesmo com todos os empecilhos continuarem buscando a sala de aula.

O objetivo Geral dessa pesquisa é conhecer os reais motivos que levam às pessoas a ingressarem e permanecerem na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos, diante das dificuldades encontradas por muitos desses alunos para frequentarem a sala de aula, tendo em vista que, a clientela dessa modalidade além de estudar têm diversos afazeres fora da escola e com isso acabam evadindo-se. E os objetivos específicos são: compreender a importância da Educação de Jovens, Adultos e Idosos na vida de seus alunos; conhecer os fatores que influenciam o ingresso, a permanência e a evasão; discutir sobre o ingresso, a permanência e a evasão nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos e contribuir para o campo de pesquisa referente à temática aqui apresentada.

Para o embasamento teórico do presente estudo foram utilizados diversos autores dentre eles Maria Clara Di Pierro e Sergio Haddad (2000); Paulo Freire (2011); Moacir Gadotti (2007); Paula Cristina Oliveira (2011), além de documentos oficiais da educação brasileira como a Constituição Federal de 1988, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Plano Estadual da Educação (2014) e Plano Municipal da Educação (2015).

Tendo como propósito conhecer os fatores que influenciam o ingresso, a evasão e a permanência dos alunos na modalidade de ensino Educação de Jovens, Adultos e Idosos, esta pesquisa tem o caráter descritivo, na qual há a exposição de análises qualitativas, com o intuito de responder aos questionamentos que originaram esse trabalho, para tanto, foi realizado um levantamento e estudo

bibliográfico a fim de buscar e encontrar o embasamento teórico sobre a temática abordada, além de uma observação no campo de pesquisa que se deu numa escola municipal, aplicação de um questionário com profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, e entrevistas com alunos e ex-alunos dessa modalidade de ensino.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, este é o primeiro, o mesmo apresenta uma breve contextualização e tema abordado; apresenta a problemática, justificativa e objetivos a serem alcançados; bem como o referencial teórico e metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O segundo capítulo apresenta, o contexto histórico em âmbito mundial e nacional da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, a fim de, apresentar como aconteceu a disseminação dessa modalidade no Brasil.

O terceiro capítulo aborda especificamente os fatores que influenciam o ingresso, a evasão e a permanência nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos e Idosos.

O quarto capítulo, caracteriza a pesquisa de campo de pesquisa e também o campo de pesquisa, posteriormente em subtemas apresenta a análise de dados obtidos por meio do questionário e das entrevistas realizadas, visando estabelecer uma relação com as discussões feitas e apresentadas ao longo dos capítulos anteriores.

Por fim, encontram-se as considerações finais, nas quais estarão as notas que expõem o que eu aprendi com a realização dessa pesquisa, enfatizando a contribuição da mesma para o campo teórico municipal.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 Breve histórico da EJA no contexto mundial

A educação é assegurada como direito por legislações, que são a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta última teve como uma de suas finalidades oferecer de maneira igualitária uma educação que atenda a todos de caráter obrigatório e gratuito. Característica que outros direitos sociais não possuem.

Seguindo esse pressuposto, Oliveira (2016, p.06) nos diz que:

A Educação é um dos direitos mais valiosos de uma sociedade democrática. O direito à educação escolar em um regime democrático tem como suporte as legislações que estabelecem como responsabilidade do Estado a garantia de igualdade de oportunidades e, na medida em que se avança nesse direito, é também dele, a responsabilidade de intervir no combate às desigualdades.

A Educação de Jovens e Adultos é aquela destinada às pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino regular e tem por finalidade oferecer oportunidade de escolarização que se iguale à educação de ensino regular e desenvolver no aluno competências e habilidades que ocasionem sua formação integral (BRASIL, 2000).

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) criada em 1945, posterior à Segunda Guerra mundial, passou a demonstrar ao mundo inteiro as grandes desigualdades sociais entre os países e advertia para o dever que tinham que por em prática, especialmente para a Educação de Jovens e Adultos, no desenvolvimento dos grupos sociais considerados “atrasados” (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Ao falarmos da Educação de Jovens e Adultos em âmbito mundial, é possível observar que em alguns momentos da história, essa modalidade de ensino algumas vezes era tida como algo não escolar. Para chegar a essa finalidade que temos atualmente, foi necessário a realização de reuniões entre líderes dos países e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a fim de que chegassem a um consenso sobre o que seria essa modalidade de ensino.

Essas reuniões foram a Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos (1949) em que ficou estabelecido que a mesma era uma espécie de

educação moral, uma vez que a escola não foi capaz de evitar a Segunda Guerra Mundial. Coube a ela ensinar para a paz, tendo em vista que era uma educação paralela e tinha por finalidade ser uma educação continuada mesmo após a escola. Na II Conferência Internacional (1963) sobre a Educação de Adultos surgiram dois enfoques distintos para essa educação: um como uma educação permanente e o outro como uma educação comunitária ou de base. Na III Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos (1972) ela voltou a ser entendida como uma "substituição" da educação fundamental que tinha como finalidade reintegrar jovens e Adultos no sistema formal de ensino. A IV Conferência Internacional (1985) sobre a Educação de Jovens e Adultos se caracterizou pela pluralidade de conceitos. Nessa Conferência, o conceito de Educação de Adultos implodiu, isto é, tornou-se falho. Após essas Conferências, o conceito da educação em questão continuou passando por distintas interpretações. Em 1990, houve a Conferência Mundial sobre a Educação para todos, nesta ficou subentendido que a Alfabetização de Jovens e Adultos seria uma primeira etapa da Educação Básica. Esta determinou a ideia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização, ou seja, separada das necessidades básicas de aprendizagem (GADOTTI, 2007).

Em 1997, a UNESCO (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) realizou a V Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos, nela foi aprovada a Declaração de Hamburgo e legitimado uma "Agenda para o futuro" que engloba a Década Paulo Freire da Alfabetização, considerando a Educação de Adultos como um direito de todos e salientando a necessidade em distinguir os direitos das mulheres, das comunidades indígenas e dos grupos minoritários. Em 2009, foi realizado a VI Conferência Internacional sobre a Educação de Jovens e Adultos, com a finalidade de estabelecer uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos capaz de assegurar os princípios discutidos pelas outras Conferências e pelo público da Educação de Jovens e Adultos, nos diferentes fóruns e demais espaços que atua. Esta tem como princípio uma Educação para a diversidade (GADOTTI, 2014).

Diante do exposto até aqui, se percebe que através dessas CONFITEAS (Conferências Internacionais sobre a Educação de Jovens e Adultos) o conceito de Educação de Jovens e Adultos vem se modificando a cada encontro, sendo assim, afirma-se que as Conferências Internacionais persistem juntamente com os países e população envolvida a fim de encontrar uma identidade para essa modalidade de

ensino que atenda a todos. Desse modo, a partir daqui será apresentado a Educação de Jovens, Adultos e Idosos em âmbito nacional, com o intuito de apresentar como ocorreu a disseminação desta, entre a população e qual a legislação que a ampara.

2.2 A Educação de Jovens Adultos e Idosos no Brasil: marcos legais

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), em âmbito brasileiro se iniciou desde o período colonial (1500), com a educação dos índios adultos. No entanto, esse ensino tinha caráter religioso e buscava catequizar os índios e assim lhes atribuir uma cultura diferente da sua (LEITE, 2013). Sendo assim, o início dessa educação fazia parte da ideia de que o ensino da leitura e escrita aos índios adultos era restrito, ou seja, os índios só teriam que aprender o necessário para que pudessem aprender o catolicismo e assim fazer parte da fé cristã. Nessa fase, as mulheres eram excluídas e a elas eram atribuídos fazeres domésticos e cuidados com o marido. Os escravos eram tidos apenas como trabalhadores agrícolas (SILVA et al, 2012).

Com isso, a educação jesuítica para os indígenas mais velhos foi vista como uma prioridade no período colonial, pois para os portugueses, a cultura dos índios era algo inapropriado e apenas a catequese poderia civilizá-los. Além de ensinar uma religião, os jesuítas também ensinavam como se comportar, e como era a economia colonial, primeiramente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Em 1759, a expulsão dos jesuítas do Brasil, diante da investigação realizada pelo Marquês de Pombal, provocou desorganização do sistema de ensino, e apenas no período imperial voltamos a encontrar informações sobre atos educativos que envolviam os adultos, uma vez que a política do então Marquês estava voltada para o ensino secundário, estruturado por meio do sistema de aulas régias (Latim, Grego, Filosofia e Retórica). Eram destinadas apenas aos filhos dos colonizadores portugueses, excluía índios e negros.

No período imperial, na primeira Constituição do país – 1824 decretou em seu art. 179, inciso 32: “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Logo, ficou subentendido que os adultos também estariam inclusos. Grande foi à discussão de

como inserir as camadas “inferiores” (mulheres, homens e negros) no processo de formação. Infelizmente este artigo ficou só no papel, mas essa ideia se enraizou em todas as outras constituições brasileiras seguintes “colaborando para algumas iniciativas no sentido da educação a trabalhadores adultos nos anos seguintes” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 16).

Esse direito não passou de uma intenção legalizada, e a distância entre ele e a realidade foi agravada por outras questões, uma delas é o fato de que no período imperial somente uma minoria da população que possuía cidadania. Esta fazia parte da elite econômica, que era responsável por administrar a educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres. A outra é que em 1834, ela foi delegada às províncias que se responsabilizariam pela a educação básica, reservando assim ao governo imperial direito sobre a educação da elite. Diante disso, percebe-se que a instância administrativa com o menor recurso financeiro teve o papel de promover a educação para os mais carentes que acabavam por ser a maioria. Poucas iniciativas foram realizadas para tentar sanar esse marco que se deu aos cuidados de algumas Províncias, tanto na educação das Crianças e Adolescentes como no ensino de Jovens e Adultos (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

A segunda Constituição Brasileira foi aprovada em 1891, primeiro marco legal da República brasileira. Nela, foi consagrado o princípio do federalismo. Assim, a responsabilidade pública pela educação básica foi descentralizada nas províncias e municípios e a União assumiu o ensino secundário e superior. Essa constituição proibiu a participação dos adultos que não eram alfabetizados, e isso no momento em que a maioria da população adulta não sabia ler. Sendo assim, os analfabetos daquela época foram pressionados, uma vez que as províncias e municípios os viam como um mal na sociedade. Diante disso, surgiram interesses para mudar essa situação. No ano de 1920, foi realizado um censo sobre as taxas de analfabetismo que indicou que 72% da população do país acima de cinco anos não sabiam ler, isto trinta anos após a promulgação da Constituição de 1891 (STRELHOW, 2010).

Na década de 1920, os educadores juntamente com a população promoveram a difusão do movimento da Escola Nova, com intuito de buscar tanto aumento do número de escolas como melhorias nas políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. O objetivo desse movimento era exigir do Estado que o mesmo se responsabilizasse definitivamente pela oferta desses serviços.

Posteriormente, no período Vargas, a Revolução de 1930 foi o marco na reformulação no papel do Estado no Brasil, pois agora era a nação como um todo que estava sendo reafirmada. É na Constituição de 1934 que isso se torna evidente, uma vez que a mesma parte do princípio de que o Estado é destinado para à garantia dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos. A nova Constituição propôs um Plano Nacional de Educação determinando de maneira específica os campos de competência da União, dos Estados e Municípios no quesito educacional. Nesse Plano, também estava incluso o ensino integral gratuito e de frequência obrigatória, que se estendia aos adultos. Dessa forma, pela primeira vez, a Educação de Jovens e Adultos era reconhecida e recebeu um tratamento particular (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Em 1938, o INEP (Instituto Nacional de estudos pedagógicos) foi criado para desenvolver pesquisas e estudos que visavam melhorias tanto para a educação como para as políticas voltadas para essa área. Desse modo, foi instituído o Fundo Nacional do Ensino Primário (1942), no qual se estabeleceu que o mesmo deveria promover um programa progressivo de desenvolvimento e conseqüentemente o aumento da educação primária. Este deveria incluir o ensino supletivo para adolescentes e adultos (SILVA et al, 2012).

Contudo, somente no ano de 1940 a Educação de Jovens, Adultos e Idosos passou a ser uma questão de política nacional, levando em consideração a ineficácia dos períodos anteriores (colonial, imperial e primeira república) em relação à educação que fora destinada a essas pessoas. A partir dessa década, o Estado Brasileiro aumentou suas responsabilidades e funções.

Segundo Gadotti (2007) ao falarmos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos a partir da década de 1940, a mesma pode se dividir em três fases: de 1946 a 1958, de 1958 a 1964 e por fim de 1964 até os dias atuais.

Vejamos a seguir:

- A. De 1946 a 1958: nesse período foram realizadas campanhas de erradicação do analfabetismo, pois durante essa época o analfabetismo era tido como uma doença (GADOTTI, 2007).

Durante esse período ocorreu à institucionalização do SEA (Serviço de Educação de Adultos), criada em 1947. Tinha como objetivo reorientar e coordenar os planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos que não sabiam ler e escrever. Durou até 1950. Além dessa, duas outras campanhas foram

organizadas pelo ministério da Educação e Cultura: a Campanha Nacional do Analfabetismo (1952) e a Campanha Nacional da Erradicação do Analfabetismo (1958) (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

B. De 1958 a 1964: nesse período teve-se a ideia de um programa duradouro que enfrentasse o dilema problemático da alfabetização. A partir disto existiu o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigida por Paulo Freire e visava à formação social do homem. Esse programa foi extinto pelo golpe militar (GADOTTI, 2007).

Além do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, tiveram também vários outros programas como o Movimento de Educação Base (1961); o Movimento de Cultura Popular do Recife (1961); os Centros Populares de Cultura; a Campanha de Pé no chão também se aprende a ler e o Movimento de Cultura Popular. Todos eles estavam voltados para a formação democrática do homem oportunizando escolarização para aqueles que não tiveram a oportunidade de tê-la no tempo adequado. Nesse período, a educação de adultos passou a ter sua própria identidade tendo em vista que antes a mesma não se distinguia das outras modalidades de ensino (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

C. 1964 até os dias atuais: o governo insistia em campanhas para a erradicação do analfabetismo, nesse período aconteceu a Cruzada do ABC, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), a Fundação Educar, e o PNAC (Plano Nacional de Educação e Cidadania). Por fim, a Comissão Nacional de Alfabetização, que tem por finalidade "*elaborar diretrizes de formulação de políticas de Alfabetização em longo prazo que nem sempre são assumidas pelo governo federal*" (GADOTTI, 2007).

Em 1964 aconteceu o golpe militar. Durante esse período, os movimentos que eram voltados para a educação e cultura popular foram censurados e quem se atrevesse a expor sua opinião, era duramente reprimido. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos ficou à mercê do Estado e todas as Campanhas de alfabetização anteriores que até então possuíam princípios políticos foram extintas. O Estado insistia em promover campanhas contra o analfabetismo e visava sua erradicação (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

Dentre esses programas estavam a Cruzada do ABC (Cruzada da Ação Básica Cristã). Seus dirigentes eram evangélicos norte-americanos e buscavam ocupar as lacunas deixadas pelos movimentos populares. Este programa tinha a

finalidade de repassar os interesses militares, ou seja, o mesmo era um meio no qual o Estado colocava em prática seus ideais. Contudo, um encadeamento de críticas foi surgindo a partir de 1968 e com o tempo, a Cruzada foi sendo extinta (1970 e 1971). Depois deste surgiu o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado a partir da Lei 5.379, de 15 de novembro de 1967. Foi um programa que tinha por finalidade atender os excluídos do sistema escolar ao mesmo tempo em que também atendia os propósitos políticos do governo militar. A fundação EDUCAR (Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos), criada a partir do Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985 foi uma nova denominação do antigo MOBREAL, e tinha por objetivo incrementar e alavancar os programas de alfabetização e educação básica destinada aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos inoportunamente (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

Em 1990 criou-se o PNAC (Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania). Este pretendia diminuir o analfabetismo em 70% em todo o país em apenas cinco anos. Para isso, o governo criou uma comissão por meio do Decreto nº 99.519, de 11 de setembro de 1990, composta por várias organizações a fim de facilitar o processo de realização e desenvolvimento do programa (LEITE, 2013).

E, por fim, a Comissão Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 4.834, de 08 de setembro de 2003, no qual criou-se o programa Brasil Alfabetizado que tinha por finalidade erradicar o analfabetismo no país, com a colaboração da União, Estado, Distrito Federal, Municípios e órgãos da sociedade civil. Nesse Decreto, ficou estabelecido que a função da comissão fosse auxiliar o Ministério da Educação no que diz respeito ao Programa Brasil Alfabetizado. Contudo, ele foi revogado pelo o de nº 5.475, de 22 de junho de 2005. Este último altera a denominação da Comissão Nacional de Alfabetização para Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos cujo objetivo era auxiliar o Ministério da Educação na formulação e implementação de políticas nacionais e na execução das ações de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

Este último decreto também foi revogado e o que está em vigor é o de nº 6.093 de, 24 de abril de 2007. Este visa à reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, buscando a universalização da Alfabetização de Jovens e Adultos a partir dos quinze anos. Para isso, o Decreto estabelece a prioridade de atendimento

(Estados e Municípios com grande índice de analfabetismo), o perfil do alfabetizador e desenvolvimento do programa.

Ao analisar as legislações citadas acima, compreende-se que as mesmas são parâmetros que objetivam a superação do analfabetismo entre jovens, adultos e idosos, fazendo com que assim a escolarização seja universal independentemente da idade, promovendo assim a educação e a escolarização por toda a vida. Além de ter o dever de financiar os projetos de alfabetização dessas pessoas, para que assim tenham uma educação de qualidade, elas trazem em seu corpo o princípio que a modalidade de ensino EJA deve atender a todos que dela querem participar.

Vale ressaltar que além desses acontecimentos nessa terceira fase, temos também a promulgação da atual Constituição Federal de 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

No inciso I deste artigo, fica estabelecido que assim como a Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser um direito Constitucional e dever do Estado, sendo assim, as instituições de ensino juntamente com os órgãos públicos deverão oferecê-la conforme o exposto aqui.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, em seu artigo 37 nos diz que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 1996)

Portanto, o artigo 37 da LDB estabelece normas sobre para quem deve ser destinada essa modalidade de ensino, o que a escola deve levar em consideração ao atender esses alunos, e o que a escola pode fazer para que permaneçam.

Já em seu artigo 38, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 nos informa que:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. (BRASIL, 1996).

Assim sendo, no artigo 38 fica estabelecido que os cursos e exames aplicados a esse alunado devem estar incluídos a Base Nacional Comum do Currículo, e devem ter a capacidade de habilitar esses alunos para a continuidade dos estudos em caráter regular.

O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000) apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. É válido ressaltar que esse Parecer apresenta em sua estrutura três funções específicas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos:

- A. Função reparadora: no sentido de direito ao acesso a escolarização bem como o direito de reconhecimento social, ou seja, essa função tem a ver com o restabelecimento de um direito que para muitos lhes foi negado.
- B. Função equalizadora: no sentido de igualar as oportunidades para todos. Dessa forma buscar-se-á mecanismos que possibilitem aos alunos da EJA que sua escolarização se iguale aos dos demais.
- C. Função permanente: no sentido de favorecer a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Essa função é centrada no ser humano e em seu caráter, tendo assim, o intuito de formar uma sociedade que tenha empatia pelo outro.

O Parecer em questão se destina aos órgãos de ensino que desejam ou atendem à demanda dessa modalidade de ensino de maneira presencial ou semipresencial e que tem por finalidade conceder certificados de etapas de conclusão da Educação Básica e como deve ser a formação do professor. Essas diretrizes são fundamentais para que possamos compreender o que é essa modalidade de ensino, a quem ela visa atender, como trabalhar e, por fim, qual sua importância tanto para aqueles que a ela procuram como para a sociedade.

Portanto, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos é destinada às pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino formal. Como visto acima, a mesma é amparada por leis e tem por finalidade oferecer oportunidade de escolarização que se iguale à educação de ensino regular e proporcionar ao aluno competências e habilidades que promovam sua formação integral. Diante disso,

essa modalidade de ensino tem o intuito de fazer com que todos os cidadãos tenham as mesmas oportunidades no que diz respeito à escolarização.

2.2.1 A Educação de Jovens Adultos e Idosos no Estado do Maranhão

No que diz respeito à Educação de Jovens, Adultos e Idosos em âmbito Estadual temos a Lei nº10.099, de 11 de junho de 2014, o Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE-MA) que tem como finalidade “garantir o acesso, permanência e qualidade da educação maranhense numa articulação direta com os instrumentos de planejamento e financiamento da educação” (MARANHÃO, 2014. p.03), visando assim, ir além dos desafios educacionais da realidade maranhense. Para tanto, o documento dispõe de 22 metas seguidas por estratégias. Estas têm como objetivo facilitar e organizar o cumprimento das mesmas. Sabendo que o Plano Estadual de Educação do Maranhão abrange todas as modalidades de ensino da Educação Básica far-se-á um recorte em suas metas e estratégias com enfoque na modalidade de ensino EJA.

Como o Estado possui uma dificuldade em garantir que a educação pública alcance toda sua população, seja por causas estruturais ou históricas da sociedade brasileira, isso torna visível um grande índice de pessoas não escolarizadas, que em sua grande parte são jovens, adultos e idosos, que por sua vez não tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Sabendo disso, caberá ao governo do estado por meio de suas políticas públicas, garantir a essas pessoas um domínio dos saberes socialmente produzidos (MARANHÃO, 2014).

Vejamos a seguir o recorte do Plano Estadual do Maranhão, enfatizando as metas e algumas estratégias voltadas para EJA:

META 10: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,1% até 2015 e, até o final da vigência deste PEE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATEGIAS:

10.1 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens, Adultos e Idosos como direito humano, a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria, inclusive àqueles que estão em situação de privação de liberdade e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, bem como de medida cautelar.

[...]

10.5 Criar condições para a implantação de turmas da EJA no diurno visando à inclusão e o atendimento das necessidades dos jovens, adultos e idosos, inclusive das pessoas privadas de liberdade e adolescentes em

cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, bem como de medida cautelar.

[...]

10.14 Instituir currículos adequados às especificidades dos educandos da EJA, incluindo temas que valorizem os ciclos/fases da vida e promover a inserção no mundo do trabalho e participação social.

[...]

META 11: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos na forma integrada à Educação Profissional, nos Ensino Fundamental e Médio.

ESTRATÉGIAS:

11.1 Expandir as matrículas na Educação de Jovens, Adultos e Idosos garantindo a oferta pública de Ensino Fundamental e Médio integrado à formação profissional de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora assegurando condições de permanência e conclusão de estudos.

[...]

11.4 Garantir o acesso e permanência a estudantes da EJA no Ensino Fundamental e Médio com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidade de acesso à universidade pública e gratuita.

[...]

11.8 Promover a integração da EJA com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos (MARANHÃO, 2014).

Diante dessas metas e estratégias, percebe-se que o documento em questão prioriza a formação integral do aluno enquanto estudante dessa modalidade. As metas e estratégias perpassam por todo um caminho extremamente sensível que vai desde a inclusão deles na sociedade, permanência na sala de aula, até a formação continuada dos professores que atuam nessa área. Sendo assim, sabemos que há uma instrução em âmbito Estadual que ampara, por Lei, a modalidade de ensino EJA. Caberá às entidades políticas e também à população averiguar se as instituições de ensino e municípios estão praticando tais estratégias para que assim se alcance dentro do tempo estipulado tais metas.

Já em âmbito municipal temos a Lei nº 1.727, de 23 de junho de 2015 (CODÓ-MA, 2015), o Plano Municipal da Educação (PME) de Codó-MA, este tem a vigência de dez anos e disponibiliza as diretrizes para o cumprimento deste Plano. A responsabilidade do cumprimento deste PME caberá ao gestor, que adotará as medidas governamentais necessárias para alcançar as metas previstas no presente documento. Assim como no Plano Estadual da Educação do Maranhão, far-se-á um recorte nas suas metas e estratégias que tenham como foco a Educação de Jovens, Adultos e Idosos:

META 9:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e

reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional em nosso Município.

Estratégias:

9.1 – Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens, adultos e idosos como direito humano a todos os que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade própria;

[...]

9.7 – Assegurar a oferta de educação de jovens, adultos e idosos, nas etapas de ensino fundamental, às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

[...]

9.9 – Considerar nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso as tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas;

[...]

9.10 – Assegurar a permanência do Núcleo de Alfabetização e Acesso a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, visando à redução do analfabetismo no município para garantir o acompanhamento e monitoramentos das turmas de EJAÍ;

META 10:

Oferecer no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no Ensino Fundamental, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

10.1 – Manter programas municipais de educação de jovens, adultos e idosos, voltados a conclusão do ensino fundamental e a formação profissional inicial de forma a estimular a conclusão da educação básica;

[...]

10.3 – Fomentar a integração da educação de jovens, adultos e idosos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da sede ou do campo;

10.4 – Fomentar formação continuada de docentes da rede municipal que atuam na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, articulada à educação profissional;

10.9 – Garantir a promoção e integração da EJAÍ com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos (CODÓ, 2015).

As estratégias desse PME trazem consigo princípios democráticos e, sobretudo inclusivos que objetivam formar cidadãos integralmente, proporcionam momentos de lazer, e formação continuada tanto para os seus alunos como para os professores. Nele vemos a inclusão do idoso nesta modalidade de ensino, que no município em questão tem a nomenclatura de Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Isso porque há um parecer que regulamenta essa modalidade de ensino reconhecendo a inclusão do idoso como sujeito de direito na EJAÍ. A partir disto fica entendido que os idosos podem ingressar em uma sala de aula dessa modalidade.

Ao analisar os trechos do Plano Estadual de Educação do Maranhão e o Plano Municipal de Educação que trazem em si a Educação de Jovens e Adultos percebe-se que ambos convergem e se complementam, levando em consideração

que visam a erradicação do analfabetismo; priorizam o aluno como sujeito da educação; enfatizam a inclusão do idoso na sala de aula da EJA; asseguram a oferta gratuita dessa modalidade a todos, inclusive, para os que não estão em liberdade; enfatizam que essa educação deve possibilitar o ingresso na Universidade e promovem a inclusão na EJA (Educação de Jovens, Adultos e Idosos) com as políticas públicas sociais. Portanto, ambos idealizam metas e estratégias que visam melhorias para a clientela da Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, cabe aos órgãos públicos e entidades de ensino realizar tais ações que viabilizem cada vez mais esse público.

Contudo, percebe-se que ao se tratar da história da Educação de Jovens, Adultos e Idosos na nossa sociedade, a mesma percorre um caminho histórico marcado por uma série de programas, no qual a maioria deles era voltada ao combate do analfabetismo. Em suas finalidades, não consideram a formação integral do educando, ou seja, ela acabou por ser em um determinado período um meio de buscar desenvolver no homem e na mulher a aquisição de leitura e escrita.

Ao adentrar na temática aqui exposta levamos em consideração também que além dos marcos históricos, a mesma carrega consigo uma série de fatores que enriquecem mais ainda o seu campo de estudo. Entre esses fatores, estão o ingresso, a permanência e a evasão do aluno nessa modalidade de ensino. Pensando nisto, a partir daqui será abordado esses fatores como uma forma de melhor compreensão no que diz respeito à Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

3 INGRESSO, EVASÃO E PERMANÊNCIA: elementos e características

3.1 O ingresso do alunado nessa modalidade de ensino

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos como visto até aqui, chega aos dias atuais com avanços e êxitos em relação ao seu passado. Nesse momento, ela é tida como uma modalidade da Educação Básica e passou a ser um direito de todos. Isso trouxe uma maior acessibilidade a essa modalidade, porém essa acessibilidade não significa a permanência do alunado, e muito menos uma qualidade de ensino (PRADO, 2015).

No que diz respeito ao ingresso das pessoas na EJA, observamos que elas buscam um ensino de boa qualidade e que contemple os saberes necessários para atuar no meio social, que sejam flexíveis com sua condição de vida, que tenham como finalidade a formação integral, uma vez que essa clientela possui outras obrigações (TEIXEIRA; PASSOS, 2012).

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 11/2000:

Este contingente plural e heterogêneo de jovens e adultos, predominantemente marcado pelo trabalho, é o destinatário primeiro e maior desta modalidade de ensino. Muitos já estão trabalhando, outros tantos querendo e precisando se inserir no mercado de trabalho. Cabe aos sistemas de ensino assegurar a oferta adequada, específica a este contingente, que não teve acesso à escolarização no momento da escolaridade universal obrigatória, via oportunidades educacionais apropriadas (BRASIL, 2000, p. 27).

Diante disso, entende-se que o público da Educação de Jovens, Adultos e Idosos configura-se em um grupo distinto e composto, na qual os mesmos possuem afazeres variados. Muitos destes, aliás, encontram-se no mercado de trabalho ou necessitam trabalhar, deste modo, caberá aos sistemas de ensino garantir a sua oferta apropriada e metodologia específica.

Ao adentrarmos sobre a questão de quem são os alunos da EJA, percebe-se que essas pessoas são protagonistas de relatos reais e repletos de vivências. Desta forma, constituem características diversas, uma vez que, são mulheres e homens que ingressam na escola com princípios e convicções já formados. Sua percepção de mundo é bastante peculiar, têm responsabilidades sociais e familiares e possuem valores éticos e morais constituídos com base nas experiências, ambiente e na cultura que fazem parte (BARRETO, 2006).

No que diz respeito ao perfil do aluno da EJA, sabe-se que em sua grande parte são trabalhadores, dona de casa, idosos, jovens, desempregados, isto é, mulheres e homens com suas divergências culturais, étnicas, religiosas e crenças. Ao ingressar na escola, esse aluno carrega consigo desejos, expectativas, dúvidas e medos, para alguns o trabalho torna-se mais importante, pois é de onde provém sua renda, é uma necessidade para os que precisam. Chegam à sala de aula cansados e com sono, mas mesmo assim almejam a escolarização. Quando buscam a Educação de Jovens, Adultos e Idosos estão tentando resgatar o que esteve ausente em grande parte de suas vidas, procuram corrigir esse déficit, muitas vezes a pessoa até sofre uma exclusão social, especialmente quando a sociedade o desvaloriza (LIRA, MIRANDA, 2017).

Seguindo o pensamento acima, quando os jovens, adultos e idosos ingressam na sala de aula da EJA, pensam que encontrarão a escola que conhecem/pensam conhecer, pois partem do princípio que já estiveram lá uma vez ou alguém já lhe contou como é uma escola, ou seja, esperam encontrar o modelo tradicional de escola, na qual as aulas se desenvolvem de forma passiva, com aulas expositivas e atividades e textos copiados no quadro, sem significados nenhum.

No entanto, ao entrarem na sala de aula e se depararem como sujeitos ativos da aprendizagem, em uma aula que são chamados a pensar juntos, resolver problemas; aprender com música; a aprender matemática com jogos; a ler textos literários; desenvolver e participar de projetos pedagógicos, percebem que tudo mudou e que agora têm a oportunidade de aprenderem coisas novas, mas não se desfazendo das suas experiências de vida, princípios e conceitos mas utilizando-os, facilitando assim o processo de ensino aprendizagem, uma vez que, o mesmo estará considerando a história de vida de cada aluno, dando assim significado para a aprendizagem dos alunos (OLIVEIRA, 2011).

Neste sentido, além do fato desses indivíduos sentirem-se incluídos, amparados por a sociedade por conseguir ler e escrever, ainda existe o fator de poderem se socializar. Especialmente os alunos que têm mais idade, de modo que, muitos deles sentem-se sozinhos, e com o ingresso à vida escolar conseguem estabelecer e manter amizades na sala de aula, aumentando assim a autoestima e desenvolvendo o processo de aprendizagem (LIRA, MIRANDA, 2017).

Desta forma, considera-se que a maioria do alunado da EJA, tem a esperança que ela atenda suas necessidades, não apenas como alunos, mas

também como pessoas. Tendo em vista que, acreditam ser por meio da escola que conseguirão suprir suas necessidades escolares e assim, se incluir na sociedade letrada, em que fazem parte através de direitos, entretanto, não pertencem completamente já que não dominam a leitura e a escrita (BARRETO, 2006).

Oliveira (2011) adverte aos educadores para o fato de que apesar da clientela da Educação de Jovens, Adultos e Idosos ser bastante diversificada, todos em algum momento das suas vidas foram marginalizados, e que o papel das escolas para com estes é buscar propostas e práticas pedagógicas que os insiram no contexto social de forma que os mesmos se igualem a todos os outros que frequentem o ensino regular. Diante disso, entende-se que o ingresso do aluno nesta modalidade de ensino muito tem a ver com o reconhecimento social, tendo em vista que a partir da afirmação da autora acima por falta de uma escolarização, muitos sofrem exclusões dentro do meio social em que convivem.

Quando falamos da quantidade de matrículas da EJA em âmbito nacional, os dados mais recentes que encontramos são de 2017 da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua). Essa pesquisa revela que em 2017, 853 (oitocentos e cinquenta e três) mil pessoas frequentavam a EJA do ensino fundamental e 811 (oitocentos e onze mil) pessoas a EJA do ensino médio. Ao comparar estes números com os de 2016, há um acréscimo de 3,4% no ensino fundamental e 10,6% no ensino médio (IBGE, 2017).

3.2 A evasão do alunado nas salas de aula da EJA

Segundo o dicionário Michaelis (WEISZFLOG, 2009) a palavra *evadir* significa “*ação ou processo de evadir, de deliberadamente fugir*”. Essa denominação é extremamente apropriada à evasão escolar na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, pois o que vem ocorrendo, atualmente e em grande índice, são alunos que acabam fugindo da sala de aula por não conseguirem conciliar vida escolar e vida social.

Ao se tratar da evasão escolar, tem-se que levar em consideração que isto não é um problema somente da escola, pois querendo ou não, existem diversas causas sociais que contribuem para esse fenômeno, pois é um dos grandes empecilhos enfrentados pela rede de ensino público e sua razão está interligada às

várias questões como, por exemplo, sociais, culturais e econômicas, assim como escolares. (SILVA, 2015).

Quando relacionamos evasão escolar e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, estamos falando de um fenômeno que ocorre frequentemente e que, por muitos, é dado como algo comum. Nesse sentido, é possível afirmar que isto é um fenômeno intrínseco ao âmbito educacional, e que devido às questões familiares, profissionais e outros aspectos da rotina dos alunos da EJAI, fora dos muros da escola, as necessidades de sobrevivência surgem e impõem ao estudante o abandono da escola como única opção, causando assim a evasão escolar (PEDRALI, CERUTTI-RIZZATTI, 2013).

Silva (2015, p.07.), em sua pesquisa nos diz que:

Os motivos para a evasão escolar podem ser ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

Desta forma, segundo a autora a evasão escolar na EJAI, ocorre por uma série de determinantes que influenciam os alunos a abandonarem as salas de aula. Isso porque são fatores que se tornam inquestionáveis por terem mais peso de interesse por parte dos alunos, isto levando em consideração o grau de necessidade dos mesmos. Sendo assim, evadem não porque querem, mas porque não podem permanecer.

A pesquisa de Silva e Arruda (2012) aborda questões que contribuem para que os alunos evadam das salas de aulas da EJAI. Diante de uma clientela tão diversificada é preciso levar em consideração que muitos desses possuem filhos; adultos frustrados por não terem um bom emprego e outros se encontram em busca de um; muitos não conseguem acompanhar o método utilizado pelo professor (a), ou encontram professores que não estão preparados para dar aula para eles, e com isso não conseguem atender as especificidades destes alunos. Há também os horários que são inflexíveis e não consideram o cansaço de um dia de trabalho.

São muitas as circunstâncias existentes no meio social e econômico do alunado da EJAI, que vão além da sala de aula e dos muros escolares, e fazem com que os alunos se vejam obrigados a interromper novamente seus estudos. Pois além da escola, possuem outras obrigações, que acabam tendo maior peso em suas escolhas, influenciando assim a não permanência na escola.

Sabe-se que a evasão na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, assim como a evasão em outras modalidades de ensino, não deve ser atribuída a causas isoladas. Sendo assim, a partir daqui será apresentado dois determinantes que causam a evasão escolar na modalidade de ensino Educação de Jovens, Adultos e Idosos; que são: o trabalho e as práticas de ensino.

3.2.1 A Educação de Jovens, Adultos e Idosos e o aluno trabalhador

O público que a EJAI atende, em sua maioria, são trabalhadores, muitos desses em algum momento de suas vidas tiveram que interromper o ensino, outros em nenhum momento tiveram a oportunidade de se escolarizar. É considerável evidenciar que o trabalho acaba sendo para muitos a razão de terem deixado a escola, e o motivo para voltarem a ela. (BARRETO, 2006).

Segundo Silva e Arruda (2012) o trabalho tem sido preferencial para aqueles que não podem escolher entre estudar e custear sua sobrevivência. Os alunos trabalhadores ficam esgotados fisicamente e psicologicamente ao final do dia. Ao chegar o horário de ir para a escola estão sem ânimo algum, isto acaba gerando um sentimento de não pertencimento à escola, pois acreditam que no lugar de estarem ocupando seu tempo à noite, deveriam descansar para outro dia de trabalho.

Quando abordamos o trabalho como um dos elementos que causam a evasão na EJAI, incluímos também o trabalho doméstico, visto que, ele é executado em sua maioria por mulheres. Assim como os outros tipos de trabalho, este absorve toda a energia física e psicológica de uma pessoa, considerando que cuidar de uma casa e de outras pessoas não é uma tarefa fácil. Ao chegar à sala de aula ela estará exausta. Viver isso diariamente não é tão simples e muitas acabam desistindo de estudar, outras, no entanto, vão na contramão desse dilema e enfrentam diariamente a rotina cansativa, com o intuito de obter um nível de escolarização (FERNANDES, 2017).

O fator trabalho torna-se importante uma vez que, influencia os alunos a permanecerem nos estudos por uma busca de profissionalização e conseqüentemente a melhoria nas condições de vida, fazendo com que assim os mesmos sintam-se motivados a darem continuidade aos estudos. Diante disso, considera-se que apesar dos inúmeros motivos que afastam estes alunos da escola, o sonho de uma vida melhor ainda persiste (BARRETO, 2006).

Quando relacionamos EJA, alunos e trabalho compreende-se que esses jovens, adultos e idosos constituem uma parcela da população que é marcada pela exclusão e pela marginalização. Deste modo, as perspectivas dos alunos trabalhadores da EJA em relação à escola é que por meio dela, poderão obter tanto uma valorização econômica como valorização social (FERNANDES, 2017).

Contudo, mesmo com a perseverança de manter-se na escola, não há políticas públicas suficientes que asseguram aos alunos trabalhadores condições de igualdade e competitividade quanto ao mercado de trabalho, tampouco assegurem condições de permanência a uma educação de qualidade, dessa maneira, esses alunos lamentavelmente acabam evadindo das salas de aula da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

3.2.2 A Educação de Jovens, Adultos e Idosos e as práticas de ensino

Atualmente, os jovens, adultos e Idosos que frequentam as salas de aula da EJA, são submetidos a procedimentos e propostas pedagógicas inoportunas tanto para os seus perfis social e econômico como para o cultural, isto é, essas práticas não consideram às verdadeiras necessidades do aluno. Dado que, a metodologia existente nas salas de aula, é aquela que apresenta aos alunos os conteúdos fragmentados, não os relacionando com as vivências de cada um, dificultando assim o diálogo na sala de aula e desvalorizando os saberes que os alunos carregam consigo (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Freire (2011) em uma educação que os alunos não são convidados a conhecer o conteúdo que será estudado e relacioná-lo com suas vivências, mas apenas recebem-no, esses nada conseguem aprender, tendo em vista que, para que realmente haja uma aprendizagem torna-se necessário que o conhecimento de mundo dos alunos seja respeitado, que o professor estimule seus alunos a fazerem uso desses conhecimentos durante as aulas, assim eles efetivamente aprenderão o que está sendo ensinado, pois estarão contextualizando com o que já conhecem.

Contudo, o que acontece nas escolas é algo totalmente diferente e bastante recorrente, de acordo com Amparo (2012) a infantilização da Educação de Jovens, Adultos e Idosos é um fator para a evasão escolar. Neste caso, o professor adota os métodos pedagógicos que são utilizados na Educação Infantil. Sendo assim, o professor acaba levando para a sala de aula da EJA práticas de ensino que não

condizem com as especificidades desse alunado. Muitos desses professores além de utilizarem os métodos pedagógicos da Educação Infantil também adotam a postura que se usa para se comunicar com as crianças na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Assim, os alunos não se identificam com essas práticas de ensino e acabam evadindo.

Posto isso, ao relacionar a EJAI e as práticas de ensino que são utilizadas com o alunado, percebe-se que os professores não consideram a idade, a condição socioeconômica a cultura, entre outras particularidades dos jovens, adultos e idosos dessa modalidade de ensino. Muitos professores, não têm a sensibilidade de aproximar os conteúdos que devem ser ensinados com a realidade dos mesmos, e isso acaba facilitando a evasão dos mesmos da sala de aula. Ao invés de ajudar no processo de ensino e aprendizagem do aluno, o professor que não reflete sobre sua prática de ensino nesta modalidade, assim como em tantas outras, acaba prejudicando o seu aluno.

3.3 A permanência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Segundo o Dicionário Michaelis (WEISZFLOG, 2009) entrada tem o significado de acesso e admissão, já o significado de permanência, traz a ideia de perseverança e firmeza. Quando relacionamos esses significados ao contexto educacional analisa-se que a entrada de uma pessoa em uma escola não garante a sua permanência, quando trazemos essa concepção para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, vemos que isso é uma ocorrência frequente, pois os estudantes dessa modalidade de ensino precisam ir além de diversas barreiras (trabalho/família/ cansaço físico e psicológico entre outros), ou seja, eles têm que superar as circunstâncias que, na maioria das vezes, não são favoráveis a sua permanência na EJAI.

De acordo com Hartmann (2015) a Educação de Jovens, Adultos e Idosos tem com uma de suas objeções, diminuir gradativamente o número de desistência em sala de aula, e com isso aumentar significadamente a permanência dos mesmos. Para isso, é preciso desenvolver maneiras para que se chegue a esse objetivo, um facilitador para isso é a prática pedagógica adotada pela instituição escolar e professor, levando em consideração que uma das propostas da EJAI é propiciar uma educação igualitária para todas as pessoas que ali frequentam, e assegurar

condições escolares de qualidade para aqueles que por alguma razão foram impedidos de se desenvolver integralmente com o auxílio da escola.

Segundo Nogueira e Ribeiro (2016) a permanência desses alunos está muito ligada ao que eles buscam para o seu futuro. Os que permanecem são aqueles que querem ter conhecimento; seus desejos vão muito além do ler e escrever. Eles têm muita determinação, dizem que desistirão somente se algo determinante os afastar da sala de aula, pois almejam a escolarização, mesmo que seja só para aprender o básico, que é ler e escrever. O relacionamento dos mesmos com o professor também influencia na permanência na escola. Quando eles se identificam, gostam e se sentem à vontade com os professores, tendem a permanecer estudando, mas quando não se identificam com o professor, sentem muita vergonha, têm medo de errar e de serem reprovados; com isso, desistem e voltam no ano seguinte esperando um professor diferente.

A permanência de um aluno na EJAI está intrinsecamente relacionada aos desejos e determinação dos mesmos, tem a ver com o aprender e a aquisição de novos conhecimentos; com a convivência social; com sentimento de valorização; com a autoestima; entre outros determinantes que proporcionam a sensação de pertencimento a essa modalidade de ensino, influenciando assim o seu progresso na sala de aula (OLIVEIRA, 2011).

Vale ressaltar que outros fatores importantes que influenciam os alunos a permanecerem nos estudos são a busca de uma profissionalização e conseqüentemente a melhoria nas condições de vida, fazendo com que assim os mesmos sintam-se motivados a darem continuidade aos estudos. Diante disso, considera-se que apesar dos inúmeros motivos que afastam estes alunos da escola, o sonho de uma vida melhor ainda persiste. Além desses, também há aqueles que não buscam uma melhora na condição social, esses buscam apenas saber ler e escrever, pois os mesmos consideram isso uma enorme conquista, uma vez que para os adultos e jovens em processo de alfabetização, ler e escrever é um privilégio que em algum momento de suas vidas lhes foi negado.

Sendo assim, é de extrema importância que o Estado não ofereça ao alunado da educação de jovens, adultos e idosos apenas o acesso a essa modalidade de ensino, mais que busquem meios que possibilitem a eles a sua permanência, tendo como fundamentos as particularidades desse público. Assim, a permanência dos alunos da EJAI, não será apenas um ideal, mas sim real.

4 CARACTERIZANDO O CAMPO DE PESQUISA

Esse estudo possui uma abordagem qualitativa, na qual, há uma investigação da problemática do tema em questão, trazendo questionamentos/reflexões que envolvem a EJAI. Dessa forma, o conteúdo apresentado pelos participantes da pesquisa, isto é, sua experiência de vida estará sendo valorizada.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fazendo uso de artigos, livros, periódicos de revistas eletrônicas, nos quais foram encontrados diversos autores, sendo que os mais utilizados foram Haddad e Di Pierro (2000); Gadotti (2007); Oliveira (2011); Silva (2015); Barreto (2006); Freire (2011); Oliveira (2007). E documentos oficiais da educação brasileira sendo eles a Constituição Federal (1988); A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens, Adultos e Idosos; O Plano Estadual da Educação (2014); o Plano Municipal de Educação (2015), entre outros, esses serviram como aporte teórico para o desenvolvimento desse trabalho além de, utilizar as técnicas de observação, aplicação de questionário semiestruturado e uma entrevista semiestruturada contendo perguntas sobre o ingresso, a evasão, e permanência escolar na modalidade de ensino Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

As observações no campo de pesquisa foram realizadas na Escola Unidade Integrada Municipal Evangélica Estevam Ângelo de Souza, localizada na Cidade de Codó-MA, Avenida 1º de maio S/N, A sala de aula na qual as observações ocorreram em uma turma de I segmento e segunda etapa da modalidade de ensino Educação de Jovens, Adultos e Idosos. A mesma tem 13 alunos e 01 professora titular. Essas observações foram realizadas no mês de abril e teve a duração de sete dias. A partir das observações feitas nessa sala de aula analisou-se as práticas da professora titular da sala e de como os alunos reagem a elas, a relação professora e aluno e a relação aluno e EJAI.

Ao se tratar das práticas de ensino da professora, observou-se que a mesma, é bastante comunicativa, gosta de levar para a sala de aula práticas de ensino que valorizam a vivências desses alunos. Desse modo, os alunos participavam bastante das aulas, acredita-se que isso se deu pelo fato de gostarem e se identificarem com o que estava sendo ensinado. Diante disso, percebe-se que a professora busca

fazer com que os alunos sintam atraídos pela educação, de toda forma, faz com que os alunos se sintam pertencentes ao processo de ensino e educação.

A relação professora alunos é algo encantador, a mesma possibilitou aos alunos o sentimento de pertencimento, assim durante as aulas ela não é vista como a única detentora dos conhecimentos, pelo contrário, juntos participam da construção dos mesmos.

No que diz respeito à relação existente entre aluno e EJAI, o que se pode perceber é que essa relação é muito frágil, durante a observação muitas foram as vezes nas quais os alunos reclamavam do cansaço ou de dificuldades de baixa visão, mas com tudo isso não deixavam de estar diariamente na escola. Com isso, sabe-se que mesmo com as dificuldades encontradas, os alunos lutam frequentemente para permanecer estudando, seja por buscar melhorias de vida seja apenas por saber ler e escrever.

Os sujeitos participantes da pesquisa são os alunos da EJAI e ex-alunos, que foram questionados com perguntas referentes à temática aqui apresentada, por meio de um roteiro semiestruturado de entrevista. Para garantir o anonimato de tais sujeitos, eles passaram a ter pseudônimos.

4.1 A Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município de Codó-MA: ingresso, evasão e permanência.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos na cidade de Codó-MA, foi implantada no ano de 2001. A mesma iniciou atendendo quinhentos alunos no 1º ciclo (1º e 2º séries). Atualmente denomina-se EJAI (Educação de Jovens Adultos e Idosos), por meio de um Parecer do Conselho Municipal de Educação, a mesma é dividida em 1º e 2º segmentos.

Atualmente a EJAI no município funciona em 15 escolas e quatro anexos, sendo trinta e seis (36) turmas de I segmento e trinta e sete (37) turmas de II segmento. No campo temos quinze (15) polos onde funcionam turmas do ensino formal e turmas da EJAI, sendo trinta e três (33) escolas e três (3) anexos, trinta e três (33) turmas do I segmento e catorze (14) turmas do II segmento.

As informações aqui discutidas foram concedidas pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMECTI), através de um questionário (apêndice A), com o objetivo de levantar dados que pudessem subsidiar

as discussões sobre o tema abordado. Assim, ao analisarmos os dados, pode-se perceber qual a demanda em relação a quantidade de pessoas que buscam a EJA na Cidade de Codó-MA. E como o município monitora os dados dessa modalidade de ensino.

Sabendo do número de escolas e turmas, buscou-se a quantidade de alunos que ingressaram, evadiram e concluíram/permaneceram nessa modalidade de ensino nos últimos cinco anos, a fim de compará-los e discuti-los.

A seguir serão apresentados os dados referentes ao ingresso escolar na EJA no município.

INGRESSO DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS.			
DADOS COMPARATIVOS			
ANO	SEDE	CAMPO	TOTAL
2015	2544	1658	4288
2016	2172	1488	3660
2017	1584	1044	2628
2018	1783	830	2686
2019	1648/parcial	850/parcial	2493/parcial

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMECTI, 2019).

A tabela acima demonstra a quantidade de alunos que ingressaram na modalidade de ensino Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Ao analisarmos os dados apresentados, observamos que o ingresso dos jovens, adultos e idosos nos últimos cinco anos, vem diminuindo gradativamente. A partir disso, entende-se que algo vem causando essa ação.

Devido às particulares da EJA, acredita-se que esse fato, relaciona-se com os motivos que os levam a ingressarem na sala de aula, motivos esses já citados anteriormente. Sabendo que o público que a EJA atende em sua maioria é de adultos e que esses possuem outras responsabilidades, buscam essa modalidade de ensino para retomarem o que não esteve presente em grande parte de suas vidas, a escolaridade.

Diante disso, surge um caso a ser refletido, tendo em vista que, o acesso a essa modalidade é para todos; nos questionamos então sobre a razão do fluxo de pessoas que buscam a EJAI estar decrescendo no município de Codó-MA.

Sobre os dados da evasão e permanência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos a SEMECTI não pôde fornecê-los, isto porque, o município não os possui. As informações que a mesma tem sobre as taxas desses elementos são apenas sobre o ensino formal.

No censo escolar municipal, há somente as taxas de ingresso na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. O setor responsável pelo censo escolar não encontrou esses números. A responsável pelo setor entrou em contato com a coordenadora Estadual da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município, a mesma nos informou que os dados não existem porque o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) ainda não os publicou (responsável pela publicação dos censos escolares).

As escolas do município são responsáveis por fornecer os números de ingresso, evasão e permanência, seja na EJAI seja no ensino formal. Para que os dados sejam publicados pelo INEP, é necessário que a SEMECTI faça uma solicitação, e isso ela ainda não fez. Mesmo que enviassem esse pedido nos dias atuais, não há previsão para sua publicação. Assim, não foi possível aqui expor os números em questão.

Dessa forma, diante do acontecimento citado acima, nos perguntamos por que o município não fez a solicitação desses dados. O que se pode observar é que não há a preocupação em monitorar o fluxo de alunos que evadem e que concluem a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, o que não se compreende.

Sabe-se que o ingresso de pessoas na escola não é a garantia de sua permanência, primordialmente ao se tratar de adultos, jovens e idosos, muitos evadem nessa trajetória, desse modo, caberá às entidades responsáveis vistoriar os resultados numéricos e por em prática as metas do Plano Municipal de Educação, nas quais, estabelecem estratégias que visam acompanhar e monitorar as turmas da EJAI.

A partir daqui, será apresentado as perguntas e respostas que foram feitas com alunos e ex-alunos da escola Unidade Integrada Municipal Estevâm Ângelo de Souza, foram entrevistados dez alunos: cinco alunos e cinco ex-alunos da

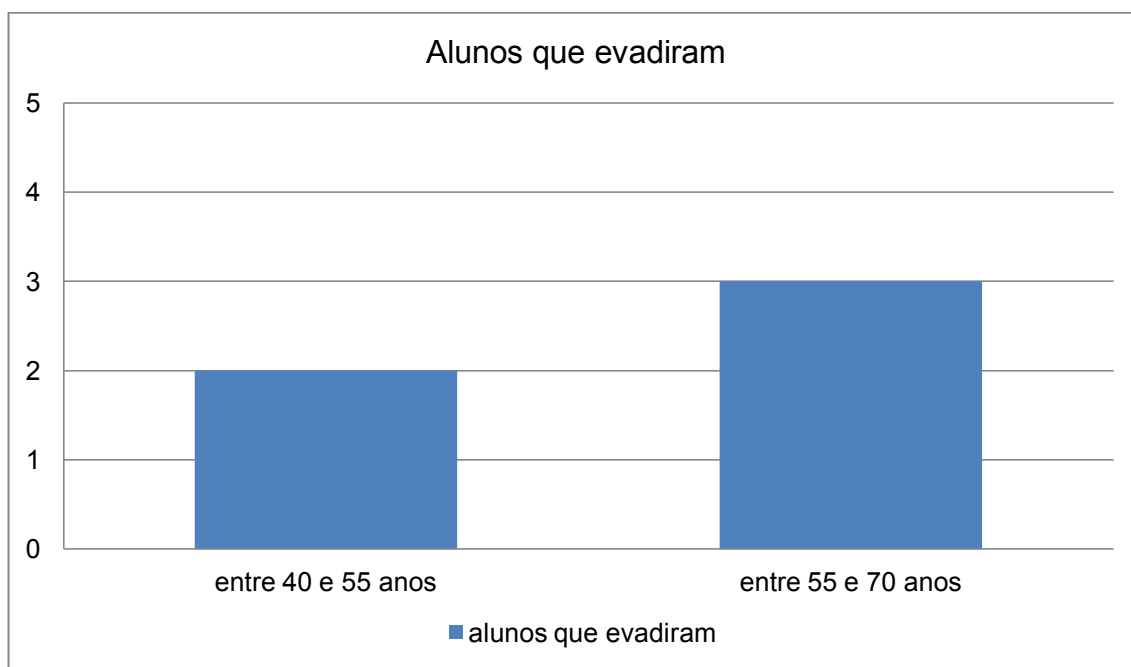
modalidade de ensino EJA, seguidas das análises respectivas a cada uma das respostas desses sujeitos.

4.1.1 Os sujeitos participantes da pesquisa: os ex-alunos.

A seguir serão apresentados os dados obtidos através da entrevista semiestruturada com os alunos e ex-alunos da EJA. Foram entrevistados cinco alunos que evadiram da sala de aula da EJA. Dentre eles, três mulheres e dois homens.

O gráfico a seguir apresenta a variação de idades entre os sujeitos da pesquisa que evadiram da sala de aula:

GRÁFICO 1: IDADE

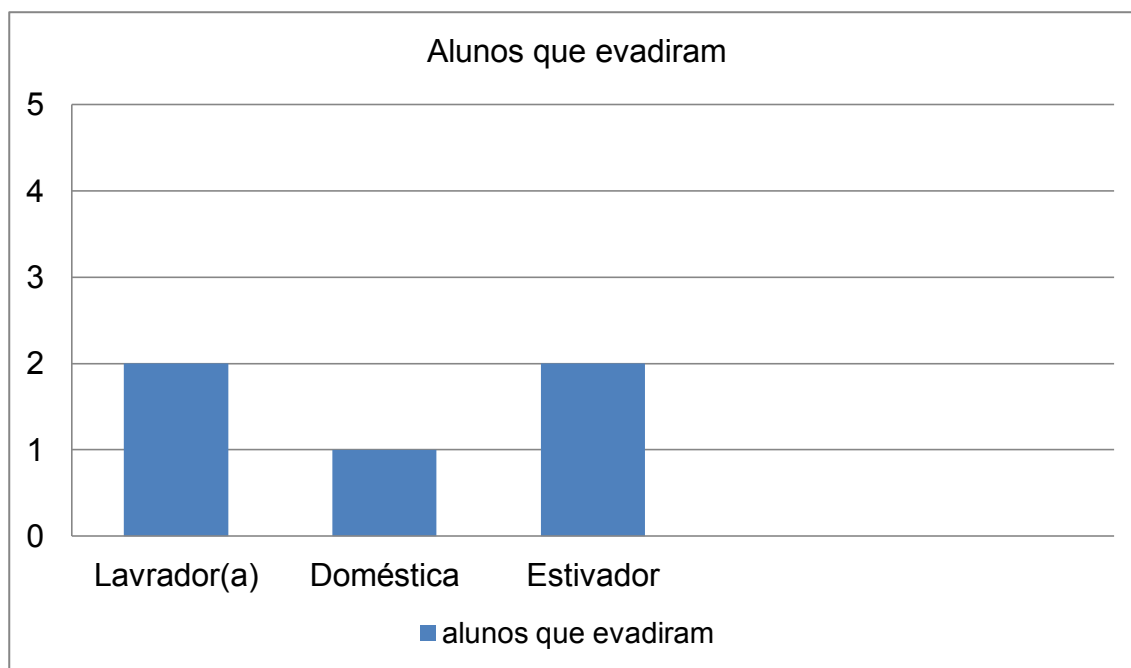


Fonte: Da autora

Por meio desse gráfico é possível perceber que a grande parte dos sujeitos da pesquisa que mais evadiram-se possuem a idade entre 55 e 70 anos, e a maioria dos que permanecem frequentando a sala de aula da EJA possuem a idade entre 40 e 50 anos.

No que diz respeito às profissões dos ex-alunos, o gráfico a seguir as distribui da seguinte forma:

GRÁFICO 2: PROFISSÕES



Fonte: Da autora

As profissões apresentadas na tabela acima foram declaradas pelos entrevistados, os alunos que evadiram que exercem a profissão de lavrador (a) são mulheres são mulheres advindas de comunidades do campo, que mesmo morando na cidade, retornam para essas para realizar trabalhos rurais. A profissão de doméstica é uma mulher que cuida da casa, filhos etc. A profissão de estivador é aquela em que homens descarregam caminhões com cargas.

Os alunos entrevistados ganharam pseudônimos, a fim de deixar no anonimato a identidade de cada um deles, para os alunos que evadiram da EJA utilizou-se: Joana, Raimundo, Marly, Maria e Pedro¹. A partir daqui será discutido as perguntas e respostas do sujeito da pesquisa.

Quando perguntamos aos entrevistados – ex-alunos até que idade eles haviam estudado e até que série, quando criança, me responderam da seguinte forma:

Joana: Eu nunca estudei as coisas antigamente era difícil, escola era pra rico.

Raimundo: Estudei até os 10 anos, na época fiz até a quarta série.

Marly: Eu já vim estudar com 13 anos, mas só fiz a cartilha.

Maria: Quando comecei estudar eu já tinha 10 anos, mas só estudei o ABC.

Pedro: estudei só nos meus nove anos, nesse tempo eu fiz a 1° série.

Nesse sentido, entende-se que essas pessoas não tiveram acesso à educação, e as que tiveram numa idade acima da esperada. De acordo com Haddad

¹ Os nomes utilizados nessa pesquisa são fictícios.

e Di Perro (2000), a população menos favorecida não era alvo da educação, havia iniciativas nos documentos oficiais do Brasil, mas a mesma tornou-se um privilégio apenas para quem possuía condições financeiras. Quando Marly diz que estudou apenas a cartilha, quer dizer que, as cartilhas trazem na sua essência a leitura de soletração e memorização de pequenos textos que não consideravam a realidade do aluno, já quando Maria diz que estudou somente o ABC, compreende-se que a educação que teve acesso era paltada somente nas letras do alfabeto (VIEIRA, 2017).

No que diz respeito ao porque precisaram parar de estudar ou nunca estudaram, responderam da seguinte forma:

Joana: Não tive oportunidade, no lugar de estudar eu tive que ir trabalhar para ajudar minha mãe a criar meus irmãos.

Raimundo: Eu morava em um interior isolado, de difícil acesso. Teve uma vez que o professor até foi, mas só foi no primeiro dia e desistiu, não apareceu mais.

Marly: Porque eu fui morar de novo no interior, lá não tinha escola.

Maria: Devido à dificuldade que era estudar no interior e também eu trabalhava demais.

Pedro: Eu tive que trabalhar para ajudar minha família.

Desse modo, analisa-se que a pobreza se torna pauta importante no contexto educacional. Esses alunos por serem pobres não tiveram a oportunidade de adentrar no sistema educacional, assim, essa relação entre a educação e pobreza está intrinsecamente relacionada aos problemas das camadas inferiores com a educação, seja por falta de políticas públicas para suprir suas necessidades escolares, seja por questões sociais que os englobam (SILVA, 2016). Diante disso a escola acaba sendo um instrumento de estratificação populacional, tendo em vista que, ela acaba reforçando as desigualdades sociais.

Ao serem questionados se sentiam-se excluído por não possuírem escolaridade, disseram:

Joana: Isso é a coisa que mais sinto, até hoje, e me dói muito.

Raimundo: Sim. É muito ruim você não saber o nome de uma rua e pedir informações para pessoas que muitas vezes não querem dá, é triste.

Marly: Sempre me sinto, fico constrangida de não saber ler igual aos outros.

Maria: Me sinto, fico constrangida, envergonhada, mas fazer o que, o sentimento é ruim.

Pedro: Sim. Ainda mais quando você diz que não sabe ler, as pessoas te olham diferente, com pena, isso me magoa.

Todos os entrevistados ex-alunos carregam consigo o sentimento de exclusão, sentimento este que vivem constantemente, muitas vezes até sofrem com isso, especialmente quando a sociedade o discrimina e os exclui, fato que acontece diariamente com essas pessoas, primordialmente quando se vêem obrigados a pedir

informações e são mal tratados. Segundo Haddad (2007) a exclusão educacional ocorre quando a sociedade marginaliza as pessoas que não possuem um nível de escolaridade, e por isso, não sabem ler e nem escrever. Desse modo, acabam não participando ativamente da sociedade e da busca pela garantia de direitos.

Foi-lhes perguntado qual a razão de terem voltado a estudar, cursando a modalidade de ensino Educação de Jovens, Adultos e Idosos, responderam:

Joana: Meus filhos me incentivaram, e também deu vontade de aprender coisas novas, coisas que eu não sabia.

Raimundo: Eu não queria mais assinar meus documentos com o dedo, eu botei na cabeça que ia aprender fazer pelo menos meu nome e fui.

Marly: Eu queria aprender a ler e também escrever, eu sei mais é muito pouco.

Maria: Deu vontade de ler fazer minhas leituras da bíblia, ler de tudo.

Pedro: Fiquei com o interesse de aprender a ler e ter mais conhecimento.

De acordo com os motivos citados pelos entrevistados acima, compreende-se que eles buscam um ensino que contemple os saberes necessários para cada um deles, a fim de, poderem atuar no meio social (TEIXEIRA; PASSOS, 2012). Dessa maneira, conseguirão alcançar seus objetivos pessoais, com isso elevariam sua autoestima diante dessa sociedade extremamente preconceituosa.

Perguntou-se o que os levaram a interromper os estudos na EJAI, ou seja, quais foram os empecilhos encontrados para permanecer frequentando a sala de aula, informaram:

Joana: O cansaço, trabalho o dia inteiro, quando dava a hora de ir eu tava cansado, as vezes eu ia, outras não.

Raimundo: O trabalho, eu passava o dia carregando peso, quando eu chegava em casa só queria era dormir, pra ir no outro dia de novo.

Marly: Nesse tempo meu marido adoeceu, tive que cuidar dele, mas ele mandava eu ir pra escola eu que não fui.

Maria: Por causa da vista, também não gostava do jeito que a professora dava aula.

Pedro: o cansaço de um dia no trabalho na roça, tinha vezes que eu passava uma semana sem ir pra escola, depois não fui mais.

Esses alunos acabaram por interromper os estudos diante das dificuldades encontradas. Nesse sentido, percebe-se que a evasão escolar acontece por diversos fatores que influenciam o abandono da sala de aula. Esses fatores acabam sendo indiscutíveis, levando em consideração o grau de necessidade dos mesmos. Assim, a evasão desses alunos é algo a se refletir, uma vez que, são muitas as circunstâncias que levam a essa ocorrência (SILVA, 2015).

A última pergunta envolvendo os alunos da EJAI que terminaram por evadir, dessa modalidade de ensino tem a ver com o que esses alunos desejavam alcançar com seus estudos:

Joana: Eu desejava aprender assinar pelo menos meu nome, e isso eu aprendi.

Raimundo: Eu desejava assinar meu nome nos meus documentos, era constrangedor a pessoa ter que ficar colocando o dedo.

Marly: Conhecimento, bastante conhecimento, você só tem através dos estudos, que ai a pessoa enxerga longe.

Maria: Deseja muitas coisas boas, mas eu não desejava um emprego, eu só queria aprender ler e escrever.

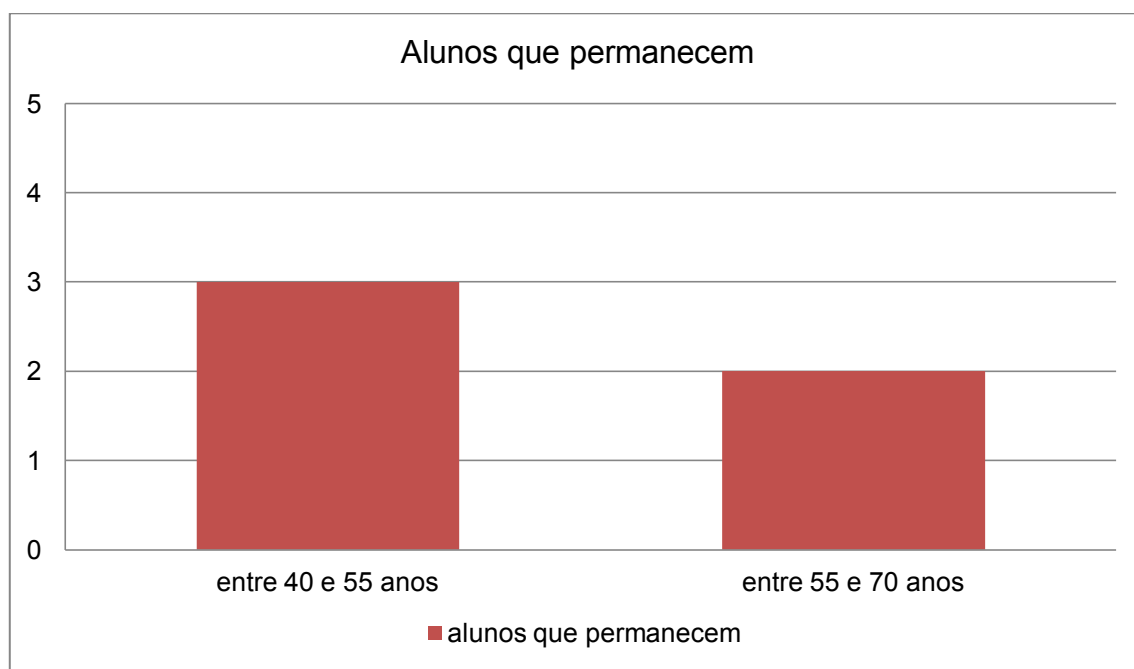
Pedro: Eu desejava ter estudo, pra poder ter um bom emprego.

Diante dessas respostas, encontramos o sentimento de reconhecimento social, uma vez que, os desejos por eles apresentados muito têm a ver com a busca de algo que lhes foi negado durante toda a vida. Nesse sentido, os alunos que voltaram a frequentar a sala de aula, através da Educação de Jovens Adultos e Idosos buscam se incluir na sociedade letrada (BARRETO,2006).

Diante do exposto até aqui se percebe que muitas são as razões desses alunos não terem concluído seus estudos na idade adequada. É nítida a marca de rejeição que carregam consigo, eles ingressaram na modalidade de ensino EJAI com intuito de alcançar desejos que aqui foram postos. Sabe-se que o caminho é longo para se chegar onde quer que seja, mas é possível. Infelizmente esses alunos ingressaram nessa modalidade de ensino e desistiram, isto é, evadiram. Em relação aos motivos que levaram estes alunos a evadirem da sala de aula na modalidade de ensino EJAI está à necessidade de trabalhar, e os problemas de baixa visão.

4.1.2 Os sujeitos participantes da pesquisa: os alunos.

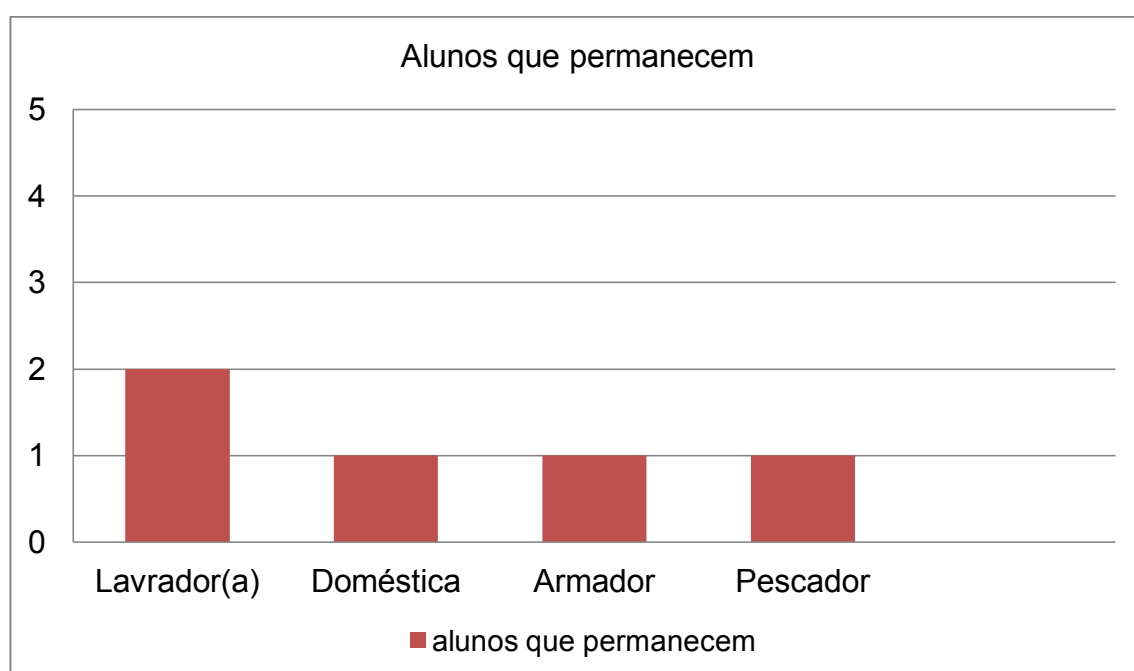
Para os alunos que permanecem estudando, o roteiro semiestruturado da entrevista, seguiu o mesmo viés daqueles que desistiram. Foram entrevistados cinco alunos que permanecem estudando na EJAI, dentre eles três mulheres e dois homens. O gráfico a seguir apresenta a idade desses alunos:

GRÁFICO 3: IDADE

Fonte: Da autora

Diante desse gráfico pode-se observar que a grande maioria dos sujeitos da pesquisa tem entre 40 e 55 anos, e a minoria possuem a idade entre 55 e 70 anos.

Em relação às profissões dos alunos que permanecem na EJA, o gráfico a seguir as distribui da seguinte maneira:

GRÁFICO 4 PROFISSÕES

Fonte: Da autora

Assim como as profissões dos alunos que evadiram, estas foram declaradas pelos entrevistados. A profissão de lavradora é exercida por mulheres, também advindas de comunidades do campo, que retornam para o interior, afim de, realizar trabalhos rurais. A profissão de doméstica é exercida por uma mulher, esta trabalha em uma casa de família. A profissão de armador é exercida por um homem, este trabalha com estruturas de ferro. A profissão de pescador é exercida por um homem, este trabalha em campos de piscicultura. Diante disso, os alunos que trabalham e estudam têm que conciliar um com o outro.

Dessa maneira, logo abaixo estarão as respostas dos mesmos, quanto a sua identificação o pseudônimo de cada aluno é: Iracema, Carla, Sandra, Francisco, Luciano². A partir daqui será discutido as perguntas e respostas do sujeito da pesquisa.

Quando perguntamos aos entrevistados – alunos até que idade eles haviam estudado e até que série, quando criança, me responderam da seguinte forma:

Iracema: Eu não tinha estudado, eu vim estudar agora.

Carla: Estudei até meus 14 anos, fiz até a 5° série.

Sandra: Eu não estudei quando era criança, já vim estudar eu tava com 30 anos, parei com 34 anos. Eu fiz até a 3° serie.

Francisco: Até meus 12 anos, fiz até a 2° série.

Luciano: Estudei até meus 12 anos, nesse tempo eu fiz só a 1° série.

Diante dessas respostas, se percebe que esses alunos, assim como os outros, não tiveram a oportunidade de ter uma escolaridade na idade adequada. No entanto, diferente dos alunos do tópico anterior, estes tiveram um nível de escolarização mais elevado, dos cinco entrevistados apenas um aluno nunca tinha ingressado em uma sala de aula.

No que diz respeito ao porque precisaram parar de estudar ou nunca estudaram, responderam da seguinte forma:

Iracema: Naquele tempo o pai não botava suas filhas pra estudar com medo de elas fazer carta pros caboco, assim foi meu pai. Uma vez tentei fugir pra poder ter estudo, mas ele me pegou dentro do carro.

Carla: Eu não estudei por que não tinha juízo, quando tive a oportunidade de estudar, eu fui casar. Meu marido até falava pra eu ir pra escola, mas eu não fui. Eu não tinha noção das coisas.

Sandra: Eu fui tive filhos e fui cuidar deles. Cuidar dos filhos e da casa.

Francisco: Porque eu era criança, morava aqui na cidade mais era na casa alheia. Depois fui pro interior e tive que trabalhar.

Luciano: Eu não morava com meus pais. Como o pessoal que eu morava mudava de casa direto, eu nunca parava numa escola.

Em relação às respostas citadas acima, se percebe que uma das entrevistadas cita o motivo de não ter estudado foi a proibição de seu pai. De acordo

² Os nomes utilizados nessa pesquisa são fictícios.

com Monteiro (2012), a educação da mulher era voltada apenas para trabalhos domésticos, cuidados com os filhos e com o marido, sendo restritamente proibida a educação escolar, pressupôs-se que se ela tivesse acesso à educação escreveria cartas e bilhetes para outros homens, algo que se repudiava tempos atrás. Nesse sentido, entende-se que foi essa a razão da proibição dos estudos para Iracema. Os outros fatores que influenciaram a interrupção dos estudos vão desde o não morar com os pais, até a necessidade de se casar.

Sobre o sentir-se excluído dentro da sociedade, por não terem escolaridade, eles responderam da seguinte maneira:

Iracema: Eu sinto isso direto, dá vergonha, lembro uma vez que pedir informação a uma mulher e a mulher na maior ignorância falou assim: ler que tu sabe, isso me doeu.

Carla: Com certeza. Eu tinha até vergonha de conversar, tinha medo de falar errado, mas agora com o pouco que sei já me sinto à vontade para conversar.

Sandra: Bom, acredito que isso é a marca de quem não sabe ler e escrever, acho que todos sentem isso, não devia ser assim, mas é.

Francisco: Eu me sinto. A coisa que mais me arrependo é de não ter estudado quando tive a chance, mas agora estou correndo atrás.

Luciano: É ruim você sentir isso. Quando você não sabe ler as pessoas te olham e te tratam diferente.

Além do sentimento de exclusão citado no tópico anterior, os alunos que não possuem a escolaridade completa, também desenvolvem o sentimento de vergonha. De acordo com Prado (2015) esse sentimento se dá a partir do sentimento de não pertencimento dentro da sociedade, isto é, essas pessoas sentem-se deslocadas no contexto social em que vivem.

Foi-lhes perguntado qual a razão de terem voltado a estudar, cursando a modalidade de ensino Educação de Jovens, Adultos e Idosos, e disseram:

Iracema: Eu não quero mais andar por aí e perguntando as coisas que não sei, então coloquei na minha cabeça que ia estudar.

Carla: Porque eu não sabia ler, não sabia me comunicar, cansei de me não saber as coisas, ergui a cabeça e fui estudar.

Sandra: Porque é importante saber ler e escrever, conhecer mais as coisas, ser analfabeto é muito ruim, eu não queria mais isso pra mim.

Francisco: Eu me sentir preparado, agora eu já tenho a mente formada, já tenho o pensamento do quanto o estudo é importante para minha vida.

Luciano: No meu caso, eu tava cansado de assinar meus documentos com o dedo, coloquei na cabeça que meus documentos iam ser assinados pela minha escrita, e hoje são.

Segundo Lira e Miranda (2017) esses alunos retomam os estudos em busca de ascensão social e financeira, além de sentirem-se inseridos, por estarem no processo de aprendizado da escrita e da leitura. Dessa forma, ao retornarem para a sala de aula da EJAI, esses sujeitos aumentam a sua autoestima, como é o caso daqueles que buscam assinar seu nome, estes procuram um reconhecimento social.

Sobre as dificuldades de permanecer na escola, e se pensam em desistir, responderam da seguinte forma:

Iracema: A minha maior dificuldade é por causa do trabalho, a noite na hora da aula estou cansado, mas vou assim mesmo. De jeito nenhum que penso em desistir.

Carla: Eu demoro entender o que a professora fala, ela só chega na escola e escreve, as vezes conversa. No outro ano a escola vai ficar distante, não sei se vou conseguir ir.

Sandra: Agora eu estou com problemas na vista aí junta com o cansaço, dificulta muito. Mas mesmo assim, eu vou todo dia e não penso em desistir não.

Francisco: Eu não tenho tempo de estudar em casa, é de casa pro serviço e do serviço pra escola. Mas com tudo isso, eu não vou desistir. Eu me sinto bem indo pra escola, com alta autoestima.

Luciano: Eu moro longe da escola, as vezes o pneu da moto fura, as vezes chove, mesmo assim eu dou meu jeito e vou. Eu não vou desistir não.

Diante das respostas citadas acima, observa-se que muitas são as dificuldades encontradas para que esses alunos permaneçam frequentando as salas de aula. Dessa forma, para Nogueira e Ribeiro (2016) a permanência desses alunos está relacionada aos seus desejos e determinações, portanto, esses alunos enfrentam o que for possível para alcançá-los.

Por fim, ao serem questionados sobre o que desejam alcançar com seus estudos, responderam:

Iracema: O meu sonho é pegar em um papel e destrinchar o que esta escrito nele, e isso eu vou conseguir.

Carla: É concluir meus estudos e me profissionalizar, para ter um bom emprego.

Sandra: Eu desejo com meus estudos ter mais conhecimento, e conseguir um bom emprego para melhorar de vida.

Francisco: É ter uma profissão mais elevada.

Luciano: É ter mais conhecimento das coisas ao meu redor. Aprender ler de tudo quanto é coisa e ajudar outras pessoas que não sabem ler e escrever.

Neste sentido, entende-se que para esses alunos o sonho de uma vida melhor ainda persiste, eles permanecem por estarem em busca de uma profissionalização e conseqüentemente a melhoria nas condições de vida, alguns destes buscam uma melhoria na condição social, outros buscam aprender a ler e escrever (OLIVEIRA, 2011). Assim, diante dos inúmeros motivos que influenciam a saída da escola, o sonho de uma vida melhor ainda persiste.

Diante do exposto pelos alunos que permanecem na modalidade de ensino EJA, se percebe que mesmo diante das dificuldades para frequentar a sala de aula, eles não pensam em desistir, estão em busca de melhorias financeiras e prestígio social. Para essas pessoas os motivos que os levaram a buscar a EJA foram diversos, e a motivação que os leva a irem à busca de seus objetivos está interligada.

Nesse sentido, ao analisar as respostas dos alunos que evadiram da EJA I e as do que permanecem são muito semelhantes, ambas têm o sentimento de crescer profissionalmente e socialmente, o que os diferencia é que um grupo conseguiu permanecer e vão na contramão de tudo aquilo que tentam os impedir, já o outro até tentou, mas não conseguiram continuar estudando, devido os muitos empecilhos que estudar e ser jovens, adultos e idosos implicam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos tem grande contribuição para a inclusão daqueles que não tiveram acesso à educação na idade adequada, uma vez que a mesma ocasiona o ingresso de jovens, adultos e idosos no sistema de ensino. Mesmo com esse passo positivo, não devemos negar que, assim como todas as outras modalidades de ensino, esta não é perfeita. Em muitas instituições que oferecem essa educação não há uma qualidade e muito menos uma flexibilidade do currículo e seleção do conteúdo para com a realidade social de sua clientela, não consideram suas vivências, gerando assim um sentimento de não pertencimento. Isso acaba afetando diretamente à permanência ou não dos jovens, adultos e idosos que resolvem ingressar nessa modalidade de ensino.

Através deste trabalho, foi possível conhecer as razões que levam as pessoas a ingressarem e permanecerem na modalidade de ensino da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, mesmo perante os empecilhos encontrados por muitos desses alunos para frequentarem a sala de aula, levando em consideração, que a clientela atendida por essa modalidade de ensino, além de estudar têm diversos afazeres fora da escola, dessa forma, acabam evadindo. Compreendi que esses alunos passam por variadas dificuldades para frequentarem a escola, mesmo assim a vontade de aprender persiste em cada um deles. Eles têm consigo o sentimento de superação social e financeira, buscam um bom trabalho ou apenas os estudos, só querem parar de sentir-se excluídos socialmente. Uns conseguem permanecer estudando, outros infelizmente não. Esses continuam tentando alcançar seus objetivos, eles têm sonhos e para isso é necessário um nível de escolarização.

Diante disso, é provável mesmo que estes alunos queiram continuar os estudos, possa ser que na trajetória acabem desistindo, e é dever da escolar tentar evitar que isso ocorra, ela precisa ofertar condições para que eles não abandonem a escola, seja tornar o currículo flexível para o aluno seja oferecer uma educação de qualidade que estimule os estudantes a continuarem na sala de aula da EJA, mesmo com todas as barreiras encontradas no caminho.

Considera-se, por fim, que devido às diversas causas que levam à evasão escolar e que aqui foram expostas, é preciso surgir ações e ideias que visem à diminuição desse acontecimento. Uma proposta é a inovação das práticas metodológicas voltadas para a realidade do aluno e suas vivências, que busquem

fazer com que ele aprenda dentro da sala de aula e não precise se preocupar em revisar os conteúdos fora dos muros escolares, até porque para essa clientela é algo difícil de fazer. Com isso, sabemos que não iremos acabar com a evasão escolar repentinamente, mas iremos com certeza ajudar esses alunos a entenderem que não há idade que não se possa voltar a estudar quando mais cedo não foi possível frequentar a escola.

Pesquisar sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, e entendê-la um pouco mais, foi de grande relevância para a minha formação, visto que, aumentou minha vontade de atuar nessa área educacional, com os conhecimentos aqui adquiridos poderei aperfeiçoar minhas práticas de ensino, valorizando cada vez mais suas vivências e assim, contribuir positivamente para a formação desses sujeitos.

O presente trabalho visa contribuir para o campo de pesquisa referente à temática da EJA no município de Codó-MA, tendo em vista que não há muitas pesquisas que possam contribuir referencialmente futuros estudos municipais. A temática aqui apresentada é de grande relevância primordialmente, para aqueles que buscam respostas para as questões sociais que envolvem o ingresso, a evasão, e a permanência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

REFERÊNCIAS

AMPARO, Matheus Augusto Mendes. A infantilização do ensino na Educação de Jovens, Adultos e Idosos: uma análise no município de Presidente Prudente/SP. **BOLETIM GEPEP**. Ano I, v.01, n.01, p. 49-62, dez. 2012

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos Históricos E Sociais. In: **EDUCERE – VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Paraná, 2015.

BARRETO, Vera. **TRABALHANDO COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**: alunos e alunas. BARRETO, Vera (coordenação). Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, DF: Senado Federal. 1998.

_____. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **PARECER NO. 11/2000 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acesso em: 21/07/2018 às 16hr24min.

_____. **DECRETO Nº 4.834, DE 8 DE SETEMBRO DE 2003**. Cria o Programa Brasil Alfabetizado, instituí a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire, e dá outras providências. Brasília: Distrito Federal. 2003

_____. **DECRETO Nº 5.475, DE 22 DE JUNHO DE 2005**. Altera a denominação e o objetivo da Comissão Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003. Brasília: Distrito Federal. 2005.

_____. **DECRETO. Nº 6.093, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. Brasília: Distrito Federal. 2007.

CODÓ (MARANHÃO). Lei nº 1.727, de 23 de junho de 2015. Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação – PME de Codó, e dá outras providências. **PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ – ESTADO DO MARANHÃO**, Codó-MA, 2015.

FERNANDES, Maria da Solidade Teixeira. Aluno/trabalhador: uma reflexão sobre as dificuldades para se alfabetizar no Brasil. In: **XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO**. Bahia.2017.

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011. 50 ed.

GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: correntes e tendências**. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007.

GADOTTI, Moacir. **POR UMA POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR DE JOVENS E ADULTOS**. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

HADDAD, Sérgio. **EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO NO BRASIL**. São Paulo: Ação Educativa, Observatório de Educação. 2007.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. A escolarização de jovens e adultos. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**. Rio de Janeiro. N.14. Mai/ago.2000.

HARTMANN, Ana Paula. A PERMANÊNCIA DOS JOVENS E ADULTOS EM SALA DE AULA: um estudo sobre metodologias usadas pelos professores. **REVISTA EVENTOS PEDAGÓGICOS**. Mato Grosso. N.2. V.7. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Brasil, 2017.

LEITE, Sandra Fernandes. **O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DA MODALIDADE EJA NO BRASIL: um resgate histórico e legal**. 2013. 355f. Tese de doutorado (apresentada ao programa de pós-graduação em educação da Faculdade de educação da UNICAMP para a obtenção do título de doutora em Educação na área de concentração de políticas). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

LIRA; MIRANDA. A visão dos estudantes da educação de jovens e adultos sobre o processo de escolarização. In: **IV CONEDU: Congresso Nacional de Educação**. João Pessoa, 2017.

MARANHÃO. Lei nº 10.099, de junho de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências. **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO**, São Luís, 2014.

MONTEIRO, Ivanilde Alves. A mulher na História Da Educação Brasileira: entraves e avanços de uma época. In: **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL**. João Pessoa. 2012.

NOGUEIRA, Vilian Pessoa; RIBEIRO, Letícia Medonça Lopes. O sonho da escolarização: causas da permanência dos educandos da educação de jovens e adultos na escola. In: **X SIMPÓSIO LINGUAGENS E IDENTIDADES DA/NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL**. Rio Branco. 2016.

OLIVEIRA, Gleice Emerick de. Permanência escolar: revisão bibliográfica. In: **XIII EDUCERE**: Congresso Nacional de Educação. Curitiba. 2016.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. **REVISTA EDUCAR**. Curitiba, n.29, 2007.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de. **ALFABETIZANDOS/AS NA EJA**: As razões da permanência nos estudos. 2011. 140f. Dissertação (apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

PEDRALLI, Rosângela; CERUTTI-RIZZATTI, Maria Elizabeth. Evasão escolar na educação de jovens e adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita. **REVISTA BRASILEIRA DE LINGUISTA APLICADA**. Belo Horizonte, v. 13, n.3, 2013.

PRADO, Helen Wanderley do. Um estudo sobre a permanência de jovens e adultos na EJA. **REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR**. N.3. Vol.2. Jul./setembro. 2015.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS: ENSINO FUNDAMENTAL: PROPOSTA CURRICULAR**. RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coordenação e texto final). São Paulo: proposta educativa; Brasília: MEC, 2001.

SILVA, Greice Palhão; ARRUDA, Robert Alves. Evasão escolar de alunos na educação de jovens e adultos. **REVISTA EVENTOS PEDAGÓGICOS**. V, 3, ago./dez. 2012.

SILVA, Hérica Fontes da. As causas da evasão escolar: um estudo de caso numa unidade de ensino da rede municipal de Itupiranga – Pará nos anos de 2013 e 2014. **VII EDUCERE: Congresso Nacional de Educação**. Curitiba. 2015.

SILVA, Ferreira da Silva et al. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Ilhéus: Editus, 2012.

SILVA, Lucilia Carvalho da. Reflexões sobre a relação: Educação e Pobreza. **REVISTA EDUC**. V.03, N. 1, jan/jul. Duque de Caxias. 2016

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR (História, Sociedade e Educação no Brasil)**. **Online**. Campinas, n. 38, jun. 2010.

TEXEIRA, Lilian Aparecida; PASSOS, Marinez Meneghelo. O QUE LEVAM JOVENS E ADULTOS A BUSCAR A EJA? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. In: **III SINECT: Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia**. Ponta Grossa – PR. 2012.

VIEIRA, Zeneide Paiva. **CARTILHAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita**. 197f. 2017. Tese (apresentada ao programa de pós-graduação em memória, linguagem e sociedade). Universidade Estadual do Sudeste da Bahia. Vitória da Conquista-BA.

WEISZFLÖG, Walter. **MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 25/07/2018 às 14hr52min.

APÊNDICES

APÊNDICE A**Universidade Federal do Maranhão****Curso de Licenciatura em Pedagogia Turma 2015.2****Discente:** Jessyane Kely dos Santos Guimarães**Orientadora:** Ma. Kelly Almeida De Oliveira**Questionário - SEMECTI**

Área temática: O Ingresso, a evasão e a permanência na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos.

1° Quantas escolas no município de Codó-MA oferecem a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos?

2° Atualmente quantas turmas da Educação de Jovens e Adultos estão funcionando?

3° Quantos alunos ingressaram nas turmas de EJAII nos últimos cinco anos?

4° Quantos alunos evadiram das turmas de EJAII nos últimos cinco anos?

5° quantos alunos concluíram a EJAII nos últimos cinco anos?

APÊNDICE B**Universidade Federal do Maranhão****Curso de Licenciatura em Pedagogia Turma 2015.2****Discente:** Jessyane Kely dos Santos Guimarães**Orientadora:** Ma. Kelly Almeida De Oliveira**Roteiro para entrevista semiestruturada****Alunos da EJA evadidos**

1°Qual a sua idade?

2°Qual a sua profissão?

3° Com quantos anos você parou de estudar e até que série você fez?

4°por qual razão você precisou parar de estudar?

5°Alguma vez na sua vida você se sentiu excluído por não ter os estudos completo?

6°Qual o motivo de você ter voltado a estudar?

7°quais foram às dificuldades de permanecer estudando?

8° o que você desejava alcançar com seus estudos?

APÊNDICE C**Universidade Federal do Maranhão****Curso de Licenciatura em Pedagogia Turma 2015.2****Discente:** Jessyane Kely dos Santos Guimarães**Orientadora:** Ma. Kelly Almeida De Oliveira**Roteiro para entrevista semiestruturada****Alunos da EJAII que permanecem**

1°Qual a sua idade?

2°Qual a sua profissão?

3° Com quantos anos você parou de estudar e até que série você fez?

4°por qual razão você precisou parar de estudar?

5°Alguma vez na sua vida você se sentiu excluído por não ter os estudos completo?

6°Qual o motivo de você ter voltado a estudar?

7°quais são às dificuldades de permanecer estudando? Já pensou em parar de estudar por isso?

8° o que você deseja alcançar com seus estudos?